

## **Relatos de Experiência: Libras na Escola, Despertando Uma Nova Língua e Promovendo a Inclusão**

*Mayara de Sousa Leite<sup>1</sup>; Aline Cássia Silva Araújo<sup>2</sup>*

**Resumo:** “Relatos de experiência: LIBRAS na escola, despertando uma nova língua e promovendo a inclusão” se constitui um artigo científico motivado por experiências de estágio vivenciadas em uma instituição privada de ensino, localizada na cidade de Salgueiro – PE, onde se observou que a inserção da LIBRAS no cotidiano escolar poderia auxiliar na promoção da inclusão de um aluno com deficiência auditiva. Assim, o artigo aborda as experiências vivenciadas e tem como objetivo apresentar a importância da inserção da LIBRAS enquanto parte do componente curricular nas escolas, de modo a promover a inclusão do indivíduo com deficiência auditiva. Dentre os pontos estudados, aborda-se a conceituação de deficiência, a conceituação de deficiência auditiva, um aprofundamento sobre LIBRAS e sua relevância no processo de inclusão e, por fim, a importância da LIBRAS na escola desde a Educação Infantil. Essa inserção se constitui importante tanto para promover a inclusão dos alunos com deficiência auditiva que adentram a escola quanto para estimular práticas inclusivas nos demais estudantes, nos mais diversos espaços em que estiverem. O estudo é movido por um problema da pesquisa que visa verificar se a inserção da LIBRAS nas escolas desde a Educação Infantil promove a inclusão do indivíduo com deficiência auditiva. Ao fim das pesquisas observa-se que a LIBRAS de fato tem um papel fundamental no processo de inclusão desses alunos, se caracterizando como uma forma de promover a socialização, o desenvolvimento psicomotor e possibilitar a inserção desse indivíduo na comunidade surda. A metodologia de estudo se constitui uma pesquisa bibliográfica, qualitativa e descritiva que tem dentre os autores pesquisados Alves e Frassetto (2018), Diniz (2007), Marques, Barroco e Silva (2013) e Mendonça et al. (2018).

**Palavras-Chave:** Deficiência. Deficiência auditiva. Educação Infantil. Inclusão. LIBRAS.

## **Experience Reports: Libras at School, Awakening a New Language and Promoting Inclusion**

**Abstract:** “Experience reports: LIBRAS at school, awakening a new language and promoting inclusion” is a scientific article motivated by internship experiences lived in a private educational institution, located in the city of Salgueiro (countryside of the state of Pernambuco, Brazil), where it was observed that the insertion of LIBRAS in the school routine could help in promoting the inclusion of a student with hearing impairment disability. Among the points studied, it addresses the concept of disability, the concept of hearing impairment, a deeper understanding of LIBRAS and its relevance in the inclusion process and, finally, the importance of LIBRAS at school since early childhood education. This insertion is important both to promote the inclusion of students with hearing impairment - who enter the school -, and to encourage inclusive practices on the other students in the most diverse spaces in which they are. The study is driven by a research problem that aims to verify whether the insertion of LIBRAS in schools since preschool promotes the inclusion of the individual with hearing impairment. At the end of the research, it is observed that LIBRAS in fact has a fundamental role in the inclusion process of these students, being characterized as a way to promote socialization, psychomotor development and enable the insertion of this individual in the deaf community. The study methodology constitutes a bibliographic, qualitative and descriptive research that has, among the researched authors, Alves and Frassetto (2018), Diniz (2007), Marques, Barroco e Silva (2013) and Mendonça et al. (2018).

**Keywords:** Impairment. Hearing impairment. Preschool. Inclusion. LIBRAS.

<sup>1</sup> Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). may\_leite\_@hotmail.com;

<sup>2</sup> Faculdade de Ciências Humanas do Sertão Central (FACHUSC). aline.araujo@fachusc.com.

## Introdução

A Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS se constitui uma língua oficial a ser utilizada pela comunidade com deficiência auditiva. Sua oficialização se deu em 24 de abril de 2002, através da Lei 10.436. Todavia, apesar da importância da LIBRAS observa-se que o conhecimento dessa língua ainda não faz parte do repertório da maior parte da população, o que dificulta o cotidiano da pessoa com deficiência auditiva.

Por considerar que os desafios relacionados à deficiência estão nas barreiras que impedem o indivíduo de se comunicar, de se locomover, de adentrar espaços e participar efetivamente de suas dinâmicas e de demonstrar seus potenciais para além da deficiência, entende-se que o conhecimento da LIBRAS pela população pode possibilitar a efetiva inclusão, permitindo a essas pessoas se sentirem parte integrante da sociedade (DINIZ, 2007).

Um ambiente em que o conhecimento de LIBRAS pode ser disseminado para todos os cidadãos, com deficiência auditiva ou não, se constitui a escola. Esse local, em que a pessoa desde a tenra idade tem acesso a conhecimentos que vão permear seus valores, suas atitudes, seu senso de ética, de empatia, dentre outras habilidades, é um ambiente propício para inserir a temática inclusão, tornando, desde muito pequenas, as crianças cientes sobre as deficiências e a necessidade de enxergar as pessoas com deficiência de forma igualitária (MENDONÇA, et al., 2018).

O estudo em questão foi motivado por uma experiência vivenciada em uma instituição privada de ensino, na turma da Educação Infantil VI, em Salgueiro – PE, outubro de 2019. Nessa, havia um aluno, AP, de 6 (seis) anos de idade que passara recentemente por um implante coclear bem sucedido. Pelo fato de se encontrar na fase de recuperação, o estudante ainda se comunicava por LIBRAS ou por outros sinais aprendidos em casa para expressar suas necessidades. Na escola, os alunos da turma de AP se mostravam interessados em se comunicar com o colega, buscando aprender sinais para que pudessem estabelecer um diálogo, todavia, esse conhecimento era buscado de forma individual e empírica pelos alunos, não havendo no Projeto Político Pedagógico da escola uma disciplina ou, até mesmo, oficina, voltada para o ensino da LIBRAS. Assim, percebeu-se que a ausência desse conhecimento dificultava a inclusão. Os colegas, por sua vez, queriam estar próximos de AP e aprender com ele, havendo dificuldades de comunicação neste processo.

Diante da inquietação provocada pela experiência, constatou-se que na cidade em que a escola se encontra, Salgueiro – PE, há 4.067 indivíduos com deficiência auditiva. Assim,

entendeu-se como importante adotar medidas que incluam a LIBRAS nas escolas, inserindo-a no componente curricular obrigatório não apenas nas escolas municipais, estaduais e particulares de Salgueiro, mas de outras cidades do território nacional. Justifica-se o estudo, portanto, mediante a necessidade de inserção da LIBRAS no currículo escolar, entendendo esta que pode levar o indivíduo com deficiência auditiva a se sentir incluso e, aos alunos ouvintes, estimular a prática inclusiva, ampliando o desenvolvimento de ambas as partes (MARQUES, BARROCO E SILVA, 2013).

O objetivo geral do estudo se constitui apresentar a importância da inserção da LIBRAS enquanto parte do componente curricular nas escolas, de modo a promover a inclusão do indivíduo com deficiência auditiva. Enquanto objetivos específicos colocam-se: entender conceituações sobre deficiência e deficiência auditiva; estudar sobre a LIBRAS enquanto língua oficial utilizada por pessoas com deficiência auditiva e enquanto meio para promover a inclusão; estudar a importância do ensino da LIBRAS nas escolas desde a Educação Infantil, apresentando ações que podem contribuir para essa inserção, se utilizando da experiência vivenciada na instituição privada de ensino, em Salgueiro – PE.

O estudo é norteado pelo seguinte problema da pesquisa: será que o ensino da LIBRAS nas escolas, desde a Educação Infantil, contribui para a inclusão do indivíduo com deficiência auditiva?

Acredita-se que o ensino de LIBRAS nas escolas se faz importante, visto que esse conhecimento por parte dos alunos ouvintes os conduzirá a um olhar mais sensível sobre a inclusão, entendendo que as pessoas com deficiência auditiva apenas possuem outra forma de estar no mundo, de se comunicar e de viver, sendo importante conhecê-la. Para o indivíduo com deficiência auditiva, uma escola que fala sua língua materna o auxilia cotidianamente, fazendo-o sentir-se parte integrante daquele ambiente, reduzindo barreiras comunicativas e atitudinais (MENDONÇA et al., 2018).

A seguir, os tópicos são discorridos da seguinte forma: conceituações sobre deficiência e deficiência auditiva; LIBRAS: a língua oficial do indivíduo com deficiência auditiva e um caminho para a prática inclusiva; e, por fim, a relevância do ensino da LIBRAS nas escolas desde a Educação Infantil.

## Conceituações sobre deficiência e deficiência auditiva

As pessoas com deficiência, ao longo da história, enfrentaram uma série de dificuldades para que fossem respeitadas e aceitas enquanto parte integrante da sociedade. Esse trajeto de exclusão é relatado por Diniz (2007) que apresenta os embates acadêmicos entre um modelo social da deficiência, que visa responsabilizar a sociedade pelas dificuldades enfrentadas pelo indivíduo com deficiência e um modelo médico que ressaltava a deficiência como um defeito, uma limitação, uma falta de habilidade do indivíduo, não havendo responsabilidade da sociedade em incluir.

Apesar das tentativas constantes para transformar essa conceituação, atualmente considerada como preconceituosa e desrespeitosa para com o indivíduo com deficiência, o modelo médico se impôs até a década de 80 afirmando que a deficiência se constitui “qualquer restrição ou falta resultante de uma lesão na habilidade de executar uma atividade de maneira ou forma considerada normal para os seres humanos” (DINIZ, 2007, p. 43).

Percebe-se que nessa definição a sociedade não é considerada como parte integrante na luta pela inclusão, o modelo médico não responsabilizava o meio social pela ausência de uma estrutura que facilitasse o acesso aos ambientes e pela forma como tratavam as pessoas com deficiência. Desse modo, os embates entre defensores da causa, incluindo intelectuais, pessoas com deficiência e pessoas que não as apresentavam, pressionaram a mudança dessa realidade, de modo que, na década de 90 houve uma revisão do modelo médico para considerar a deficiência como:

[...] resultado de um relacionamento complexo entre as condições de saúde de um indivíduo e os fatores pessoais e externos. É um conceito guarda-chuva para lesões, limitações de atividades ou restrição de participação. Denota os aspectos negativos da interação entre o indivíduo e os fatores contextuais (DINIZ, 2007, p. 49).

Nesse contexto, foram trazidos outros conceitos para definir que vivenciar a deficiência significa encontrar em sociedade situações que dificultem o acesso a locais, a serviços, a experiências em geral. Assim, Diniz (2007) traz a reflexão de que se não houvesse barreiras nos ambientes e no comportamento das pessoas frente ao indivíduo com deficiência, essa deficiência seria reduzida, pois a pessoa poderia realizar suas atividades de forma plena. Desse modo, a autora considera deficiência uma questão social, desmembrando a deficiência da pessoa e entendendo que deficiente não é o indivíduo, mas a sociedade, que não se utiliza dos mecanismos necessários à inclusão. Diniz (2007, p. 49) entende como necessária a presença de

facilitadores que “cuja presença ou ausência no ambiente em que se encontra a pessoa melhoram o funcionamento e reduzem a deficiência”.

Os avanços relatados por Diniz (2007) sobre a forma de enxergar o indivíduo com deficiência e sobre como cada membro da sociedade possui seu papel no processo de inclusão gerou uma série de frutos que ampliaram as ações para atender as necessidades dos indivíduos com deficiência, entendo que a sociedade precisa inserir-se nesse contexto e assumir a responsabilidade, reparando o indivíduo com deficiência pelo período de institucionalização, exclusão e segregação dessas pessoas das atividades sociais.

No Brasil, em 2015, foi publicada a Lei nº 13.146, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – LBI que traz em seu bojo a necessidade de atender os direitos da pessoa com deficiência, reduzindo barreiras, promovendo a inclusão nos mais diversos ambientes e possibilitando a esses indivíduos igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

A Lei Brasileira de Inclusão no seu artigo 2º apresenta que:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Percebe-se que a LBI traz conceitos que se assemelham às definições de Diniz (2007) o que leva ao entendimento de que houve avanços na forma de observar as pessoas com deficiência e de agir em prol dos seus direitos.

Estudada a conceituação de deficiência, observando os avanços ocorridos ao longo do tempo, vale perpassar para o entendimento sobre deficiência auditiva visto que essa compreensão se constitui importante para o estudo posterior sobre LIBRAS e a inserção dessas enquanto componente curricular no ambiente escolar desde a Educação Infantil.

A deficiência auditiva, portanto, se caracteriza como “a perda parcial ou total da audição” (AMPUDIA, 2011, p. 1), podendo ser também utilizado o termo surdo para essa perda parcial ou total. Por um longo período, estudiosos realizaram a separação entre esses dois termos, entendendo que deficiência auditiva se constitui a perda parcial da audição e surdez a perda total, porém, entende-se atualmente que os termos são sinônimos e podem ser utilizados para ambos os casos (SASSAKI, 2002). Corroborando com o autor, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência engloba indivíduos com perda parcial e total da audição no guarda-chuva da deficiência auditiva.

Sasaki (2002, p. 2) expõe que:

A origem dessa diversidade de preferências está no grau da audição afetada. Tecnicamente, consideramos a deficiência auditiva como sendo a categoria maior, dentro da qual encontramos diversos graus de perda auditiva, variando da surdez leve (25 a 40 db) à anacusia e tendo como níveis intermediários a surdez moderada (41 a 55 db), a surdez acentuada (56 a 70 db), a surdez severa (71 a 90 db) e a surdez profunda (acima de 91 db). Portanto, oficialmente, “deficiência auditiva” e “surdez” significam a mesma coisa.

Desse modo, observadas as definições sobre deficiência, sobre deficiência auditiva ou surdez, vale perpassar para o entendimento sobre LIBRAS enquanto língua utilizada pela grande maioria da comunidade com deficiência auditiva e como meio de promover a inclusão, podendo ser aprendida pelos indivíduos não surdos de modo a gerar maior acessibilidade e igualdade de oportunidades a pessoa com deficiência.

### **LIBRAS: A língua oficial do indivíduo com deficiência auditiva e um caminho para a prática inclusiva**

A língua se constitui uma das diversas formas para o indivíduo inserir-se em sociedade, apreendendo aspectos culturais, relacionais e vivenciando experiências individuais ou em comunidade. Através da língua, o indivíduo pode compreender as pessoas e o seu entorno, sendo a mesma uma forma de construção de identidade, auxiliando na inserção do indivíduo nos mais diversos espaços.

Todavia, nem todos os indivíduos possuem acesso à língua. A comunidade com deficiência auditiva, a exemplo, enfrenta uma série de resistências para que possam aprender sua língua desde a infância, passando por dificuldades no seio da família, nas escolas, no mercado de trabalho e em outros espaços que frequentam. Essa língua, conforme apresentado no presente artigo, se constitui a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais que, conforme a Lei nº 10.436/2002 se constitui língua oficial e deve ser a primeira aprendida pelo indivíduo surdo, seguida do português. O objetivo, neste caso, é tornar o sujeito bilíngue que se constitui, de acordo com Silva (2018), a capacidade de aprender duas línguas, utilizando-as em momentos distintos.

A LIBRAS, portanto, não se constitui um conjunto de gestos a serem feitos com as mãos, sem organização ou sem normas. A LIBRAS possui “estruturas gramaticais próprias compostas pelos níveis linguísticos: o fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico” (ALVES E FRASSETTO, 2015, p. 212). Portanto, diante da complexidade da língua, essa precisa ser aprendida desde a infância, sendo estimulada no ambiente doméstico e,

posteriormente, tendo suporte da escola, da mesma forma que os demais alunos têm para aprender a língua portuguesa como língua materna. Se a LIBRAS é a língua materna do indivíduo surdo, este precisaria ter o aporte necessário para aprendê-la. O que ocorre, entretanto, é que os pais dificilmente são estimulados pela comunidade médica e pouco se cobra das escolas para agir de forma inclusiva com relação a LIBRAS, dificilmente havendo professores fluentes nessa língua. Além disso, muitas vezes, se utiliza a LIBRAS na escola como um caminho para o ensino da língua portuguesa, descartando-a logo após esta seja aprendida, destituindo a importância da LIBRAS para a inclusão e para a construção da identidade do indivíduo com deficiência auditiva (ALVES E FRASSETTO, 2015).

Diante dos pontos apresentados, percebe-se que a LIBRAS precisa ser incentivada nas mais diversas frentes, seja na família ou em outros espaços que o indivíduo com deficiência auditiva transite. Enfatizar a importância da LIBRAS desde a descoberta da surdez é relevante para oportunizar “o processo educacional, social e cultural da criança surda, bem como para o seu desenvolvimento geral” (ALVES, FRASSETTO, 2015, p. 214).

Porém, a inserção da LIBRAS no seio familiar enfrenta algumas dificuldades, conforme salienta-se a seguir:

[...] é na família que o ser humano consegue sobreviver, aprender valores, desenvolver uma cultura, sentimentos de amor, amizade e afeto, bem como é onde começam os primeiros passos e os primeiros balbucios, dando início, desta forma, ao processo de interação familiar. Em relação ao ambiente familiar do surdo, é evidente o sentimento de despreparo da maioria das famílias para lidar com a surdez, o pequeno interesse de aprender e realizar a língua de sinais com o filho, acarretando a falta de utilização de uma mesma língua com ele e, conseqüentemente, a baixa qualidade de comunicação (NEGRELI E MARCON, 2006 apud ALVES E FRASSETTO, 2015, p. 215).

Dizeu e Caporali (2005 apud ALVES E FRASSETTO, 2015, p. 217) enfatizam que a LIBRAS “[...] deve ser inserida na vida da criança nos três primeiros anos de idade, para que a criança a adquira naturalmente. No entanto, de acordo com a realidade de nosso país, a detecção da surdez nem sempre ocorre até o primeiro ano de vida, assim como o acesso à língua de sinais é tardio”. Portanto, diante das dificuldades do diagnóstico e das dificuldades das famílias para aprender a LIBRAS e transmiti-la para seus filhos surdos os mesmos podem enfrentar uma série de desafios para sua inclusão. Assim, mediante os diversos entraves para aprendizagem da LIBRAS, a escola entra como instituição fundamental nesse processo, cabendo a esta auxiliar para que a LIBRAS seja internalizada pelo indivíduo surdo, oferecendo meios para que sua inclusão se efetive.



De acordo com Mendonça et al. (2018, p. 7) “fazer uma escola centro de comunicação dialógica faz com que o educando saia dos paradigmas impostos pela impotência e converta-se em novas ideologias do fazer sua história e ser incluso de forma efetiva na sociedade em geral”. É necessário que a escola enxergue a LIBRAS para além de um caminho para a pessoa com deficiência auditiva aprender a língua portuguesa, mas como uma forma desse indivíduo estar no mundo, se expressar, se colocar e se inserir na comunidade surda. Além disso, esse conhecimento também deve ser incentivado entre os alunos não surdos, de modo que estes possam se comunicar com o colega, aprender com o mesmo, incluí-lo nas atividades desempenhadas em sala e, principalmente, serem educados para propagar a inclusão.

Levando-se em consideração a Lei Brasileira de Inclusão – LBI, nº 13.146/2015 promover acesso à pessoa com deficiência a educação é um dever. Portanto, a escola deve oferecer ao aluno com deficiência as condições para que essa educação se efetive:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Acredita-se, portanto, que efetivar o acesso à educação à comunidade com deficiência auditiva perpassa por ter na escola professores preparados para se comunicar em LIBRAS e para passar esse conhecimento ao indivíduo surdo e aos demais alunos. Além disso, promover uma educação inclusiva, realizando esforços para efetivá-la na escola regular pode se constituir um importante aprendizado aos demais alunos, demonstrando para esses a relevância da inclusão enquanto um dever de todo cidadão, emanado em Lei.

### **A relevância do ensino da LIBRAS na escola desde a educação infantil**

A temática do presente artigo foi motivada por uma experiência vivenciada em uma instituição privada de ensino, em Salgueiro – PE, relatada anteriormente. O aluno AP, integrante da Educação Infantil VI, de 6 (seis) anos de idade, acabara de passar por um implante coclear e, segundo a equipe médica que o acompanhava, deveria ser estimulado à oralidade. Todavia, durante os 6 (seis) primeiros anos da sua vida se comunicou com os pais através da LIBRAS e de gestos criados pelos pais para expressar suas necessidades. Desse modo, a transição para a oralidade representaria o desafio, visto que até então o indivíduo tinha como



forma de comunicação principal a LIBRAS e o repertório aprendido com seus pais, levando o aluno a se comunicar com colegas, professores e demais membros da escola principalmente através dessa língua e desses gestuais.

A professora da turma se comunicava com AP principalmente através de gestuais ou falando pausadamente para que o aluno fizesse leitura labial, habilidade também utilizada por AP, visto que ela não sabia falar em LIBRAS, o que tornava a inclusão do aluno ainda mais desafiadora.

Embora a oralidade de AP já estivesse sendo estimulada, a LIBRAS ainda tinha suma importância para o aluno e, percebendo isso, os colegas de sala naturalmente praticavam a inclusão, buscando meios para se comunicar com AP, aprendendo sinais pertencentes a LIBRAS e gestos que os levassem a se comunicar. Apesar da instituição privada de ensino não ter uma estrutura preparada para a inclusão de crianças com deficiência auditiva, usuárias da LIBRAS, o que incluiria atividades, intérpretes e professores fluentes em LIBRAS, foi possível observar o esforço dos alunos ouvintes para incluir, levando a uma reflexão sobre a necessidade de inserção de ações de inclusão no currículo escolar.

Mesmo que o aluno AP estivesse passando por um processo de deixar a LIBRAS e os gestos ensinados pelos seus pais rumo à oralidade, entendeu-se que a escola, em algum momento, poderia receber outros alunos com deficiência auditiva, por conta disso, esse artigo foi motivado, inclusive buscando entender ações que uma instituição educacional pode tomar para incluir os surdos de forma efetiva.

De acordo com Marques, Barroco e Silva (2013, p. 505) atualmente “ao se estudar o conteúdo curricular próprio da Educação Infantil, não há previsão de ensino, para os alunos ouvintes, da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), mesmo em situações de matrícula de alunos surdos usuários da LIBRAS nas turmas de educação infantil”. Diante disso, se faz necessário que as escolas se atentem à Lei Brasileira de Inclusão, 13.146/2015, que determina a obrigatoriedade de uma educação inclusiva e busquem inserir na escola meios para efetivá-la. Assim, é importante que as escolas insiram propostas bilíngues, que permitam o aprendizado da língua portuguesa e da LIBRAS tanto para alunos surdos quanto para aqueles não surdos, de modo a promover a efetiva inclusão. Nesse aspecto, Marques, Barroco e Silva (2013, p. 514) expõem que:

A escola que se propõe bilíngue e que oportuniza a experiência de inclusão de alunos surdos deve apresentar seus conteúdos, simultaneamente, em língua portuguesa (oral e escrita) e em Libras. Essa oferta simultânea, de conteúdos em duas línguas de modalidades distintas (uma de natureza oral-auditiva e outra de natureza visual-

gestual) exige formação especializada tanto do professor, quanto do intérprete de língua de sinais.

Para o alcance desses objetivos, se faz importante uma preocupação desde a formação de professores. Desse modo, desde a graduação esses indivíduos precisam ter um preparo cuidadoso que de fato efetive o seu aprendizado em LIBRAS, não apenas realizando a oferta de uma disciplina sem um acompanhamento para verificar se o indivíduo de fato aprendeu. Além disso, depois da graduação, esse professor precisa ter apoio da escola em que trabalha, em termos de formação continuada, para que lhe seja possível resgatar o que aprendeu na graduação sobre LIBRAS e aprofundar seus conhecimentos, aprendendo ações a serem tomadas em sala de aula e que promovam a inclusão das crianças com deficiência auditiva (MARQUES, BARROCO E SILVA, 2013).

Consideramos que o ensino de LIBRAS promove o desenvolvimento psicomotor, com atividades significativas e contextualizadas, além de socialmente útil. Avaliamos que o uso dessa língua é capaz de promover o desenvolvimento das funções psicológicas superiores em sujeitos surdos e ouvintes. Como primeira língua para sujeitos surdos, a LIBRAS é a porta de entrada para as informações do ambiente em que vivem e para apropriação de conceitos que estimulam e movimentam o desenvolvimento das funções propriamente humanas. A LIBRAS é fundamental para que o sujeito surdo alcance o patamar mais alto no desenvolvimento, tornando-se humanizado no nível cultural próprio aos dias contemporâneos (MARQUES, BARROCO E SILVA, 2013, p. 515-516).

Diante dos pontos apresentados, considera-se que o aprendizado da LIBRAS na escola se faz relevante não só para o aluno com deficiência auditiva, mas também para seus colegas, visto que estes terão um aprendizado sobre responsabilidade social, entendendo a importância da inclusão, e contributos no seu desenvolvimento. Assim, considera-se que a prática inclusiva promove ganhos em cadeia, visto que esses estudantes ouvintes poderão levar esses conhecimentos consigo durante toda a vida, gerando inclusão em diversas áreas em que perpassem e transformando a relação da sociedade com a LIBRAS e com as demais práticas inclusivas na geração presente e nas futuras.

## **Metodologia**

A metodologia de estudo se constitui uma pesquisa bibliográfica, em que são consultados livros, sites de bancos de dados, revistas, artigos e monografias com a temática pesquisada. Além disso, é utilizada a experiência vivenciada em uma instituição privada de ensino (Salgueiro – PE) para respaldar o conteúdo estudado. Dentre os autores pesquisados, coloca-se

Alves e Frassetto (2018), Diniz (2007) e Mendonça et al. (2018).

### **Considerações Finais**

O presente artigo teve como tema “Relatos de experiência: LIBRAS na escola, despertando uma nova língua e promovendo a inclusão” e buscou se utilizar das experiências vividas em um estágio em uma instituição privada de ensino, Salgueiro – PE, para tratar da inclusão da criança com deficiência auditiva na escola.

O artigo apresentou conceituações sobre deficiência, demonstrando que ao longo do tempo as pessoas com deficiência sofreram uma série de entraves à sua inclusão, muitos destes ainda presentes através de barreiras estruturais e nas atitudes das pessoas. Durante o estudo se apontou ainda conceituações sobre os termos deficiência auditiva e surdez, demonstrando que os mesmos podem ser utilizados tanto para indivíduos com perda parcial quanto para àqueles com perda total da audição.

Assim, perpassou-se para o entendimento sobre LIBRAS enquanto língua oficial do indivíduo com deficiência auditiva, devendo esta ser aprendida desde a infância. Colocou-se que para que a inclusão dessas pessoas se efetive é importante que pessoas não surdas também aprendam a LIBRAS, de modo a facilitar o acesso do surdo aos mais diversos espaços.

Por fim, foi apresentada a importância de inserir a LIBRAS na escola desde a Educação Infantil, trazendo relatos sobre o que fora vivenciado em uma instituição privada de ensino para justificar a necessidade dessa inserção. Entendeu-se que o ensino que insere a LIBRAS no cotidiano escolar possibilita ganhos para todos os envolvidos, estimulando a prática inclusiva e possibilitando ao aluno com deficiência auditiva acesso pleno à educação.

Para tal, se faz importante um trabalho conjunto, que comece com a família aprendendo e transmitindo a LIBRAS para as crianças com deficiência auditiva; com as faculdades, preparando professores para promover uma educação inclusiva e para aprender a falar em LIBRAS; com as escolas, promovendo formação continuada para os professores nesse aspecto; e, por fim, com os próprios professores, trabalhando com os alunos ouvintes de modo a ensiná-los a LIBRAS e incluírem de fato o colega com deficiência auditiva.

## Referências

ALVES, Elisabete Gonçalves; FRASSETTO, Silvana Soriano. Libras e o desenvolvimento de pessoas surdas. **Revista Aletheia**, Canoas, n. 46, p. 211-221, abril de 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/aletheia/n46/n46a17.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

AMPUDIA, Ricardo. **O que é deficiência auditiva?** 2011. In: Nova Escola. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/273/o-que-e-deficiencia-auditiva>. Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL, Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, Libras, e dá outras providências.** Brasília – DF, abril de 2002. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 22 out. 2020.

\_\_\_\_\_, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.** Brasília – DF, julho de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 20 out. 2020.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência.** São Paulo, SP: Ed. Brasiliense, 2007.

DIZEU, Liliane Correia Toscano de Brito; CAPORALI, Sueli Aparecida. A Língua de Sinais Constituinte o Surdo como Sujeito. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 26, n. 91, p. 583-597, 2005.

MARQUES, Hivi de Castro Ruiz; BARROCO, Sonia Mari Shima; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da. O ensino da Língua Brasileira de Sinais na Educação Infantil para crianças ouvintes e surdas: considerações com base na psicologia histórico-cultural. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 9, n. 14, p. 503-518, Out-Dez, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n4/v19n4a03.pdf>. Acesso em: 22 out. 2020.

MENDONÇA, Lorena Medeiros de, et al. A importância da LIBRAS como componente curricular na educação básica. **Educação: Saberes e Prática**, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <http://revistas.icesp.br/index.php/SaberesPratica/article/viewFile/342/238>. Acesso em: 19 out. 2020.

NEGRELLI, Maria Elisabete Dumont; MARCON, Sonia Silva. Família e Criança Surda. **Revista Ciência, Cuidado & Saúde**, Maringá, v. 5, n. 1, p. 98-107, Jan-Abril, 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/5146/3332>. Acesso em: 22 out. 2020.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Nomenclatura na área de surdez**, 2002. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Nomenclatura\\_na\\_area\\_da\\_surdez.pdf](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/saude/arquivos/deficiencia/Nomenclatura_na_area_da_surdez.pdf). Acesso em: 20 out. 2020.

### Como citar este artigo (Formato ABNT):

LEITE, Mayara de Sousa; Araújo, Aline Cássia Silva. Relatos de Experiência: Libras na Escola, Despertando Uma Nova Língua e Promovendo a Inclusão. **Id on Line Rev.Mult. Psic.**, Dezembro/2020, vol.14, n.53, p. 108-119. ISSN: 1981-1179.

Recebido: 01/11/2020;

Aceito: 08/11/2020.